

Ata n.º 8/2017

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 21 de Junho de 2017, pelas 15:15 horas, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Acta da sessão anterior.
2. Pessoal.
3. Mestrados e doutoramentos.
4. Reformulação de dissertações.
5. Cooperação jurídica.
6. Relações internacionais.
7. Outros assuntos e informações.

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Jorge Duarte Pinheiro, Margarida Salema, David Duarte, Fernando Loureiro Bastos, Jaime Valle, Nuno Cunha Rodrigues, Gustavo Courinha e Miriam Afonso Brigas. O Professor António Menezes Cordeiro foi substituído pela Professora Maria Raquel Rei, a Professora Maria Fernanda Palma foi substituída pelo Professor Pedro Romano Martinez, o Professor Manuel Januário da Costa Gomes foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira e o Professor Carlos Blanco de Moraes foi substituído pelo Professor Lourenço Vilhena de Freitas.

1. Ponto 1 (Ata da sessão anterior).

Colocada à votação a ata da sessão do Conselho Científico de 31 de Maio de 2017, foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 (Pessoal).

O Professor Pedro Romano Martinez informou que vários contratos celebrados com assistentes convidados estavam a terminar, sendo necessário determinar os



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

critérios para a celebração de novos para garantir a regular lecionação das aulas. Foi sugerido que, na nova contratação dos assistentes convidados, para além do desempenho no exercício de funções docentes, fosse determinante, como critério para a celebração de novo contrato, o cumprimento de objetivos associados à prossecução da carreira docente, mormente a preparação do doutoramento. O Professor Vasco Pereira da Silva recordou que, no Grupo de Ciências Políticas, a prossecução da carreira docente fora já um critério assumido quando da anterior decisão de contratação.

3. Ponto 3 (Mestrados e Doutoramentos)

3.1. No que concerne ao Mestrado em Direito

3.1.1. O Professor Dário Moura Vicente fez a apresentação do segundo curso de Mestrado em Direito Judiciário, a realizar em cooperação com a FDUL e a FCSH – UNIZAMBEZE, explicando os respetivos termos e juntando a lista de temas e de orientadores. Na sequência, o Conselho aprovou, por unanimidade, os temas e os orientadores indicados (documento 1).

3.1.2. No que respeita ao pedido de alteração de tema de dissertação de Mestrado apresentado por Emanuel Agostinho Azevedo Carvalho (documento 2), que havia ficado adiado da sessão anterior, foi lida uma mensagem do seu orientador, Professor João Miranda, na qual clarificava o enquadramento da dissertação na área das Ciências Jurídico-Políticas. Referiu ainda que o novo tema consistia numa delimitação feita dentro de um tema mais amplo, anteriormente aprovado. Atenta a informação o Conselho aprovou por unanimidade o pedido de alteração de tema.

Sobre o assunto o Professor Vasco Pereira da Silva sublinhou ser importante ter presente a possibilidade de existirem temas em contacto com mais de uma área do Direito e que, nesses casos, cabe ao orientador assegurar-se, junto do orientando, de que a intenção deste é tratar a matéria essencialmente na perspetiva da área científica a que o orientador solicitado se encontra ligado.

3.1.3. No que respeita ao pedido de alteração de tema de dissertação de Mestrado apresentado por Carlota Varela Rodrigues Gonçalves de Jesus (documento 2), também adiado da sessão anterior, pronunciou-se o orientador, Professor Fernando Loureiro Bastos, no sentido de que a dissertação trabalhava o tema em ligação à área das Ciências Jurídico-Políticas. Atenta a informação, o Conselho aprovou por



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

unanimidade o pedido de alteração de tema.

Ainda sobre este ponto, o Professor Pedro Romano Martinez sugeriu que, atento o tema escolhido, seria em todo o caso conveniente que o futuro júri de mestrado viesse a integrar um docente da área de Ciências Jurídico-Penais, tendo a sugestão tido a concordância do Professor Vasco Pereira da Silva e do orientador.

3.1.4. O Conselho aprovou por unanimidade o pedido alteração de orientador de Mestrado de Clara Benilde Vieira dos Santos, conforme indicado no documento 3 em anexo.

3.1.5. O Conselho aprovou por unanimidade o júri de Mestrado em Direito (Mestrado Científico, perfil de Direito Bancário e dos Seguros), de Carlos Alberto Monteiro Pessoa (documento 4 em anexo).

3.1.6. O Conselho aprovou por unanimidade o júri de Mestrado em Direito (Mestrado Científico, perfil de Ciências Jurídicas), de Allan Viana Júnior, Carolina Rebordão Nunes, Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes, Domingos Marinheiro Solino, Paula Monteiro Vianna e Carla Varea Guareschi (documento 5 em anexo).

3.1.7. O Conselho aprovou por unanimidade o júri de Mestrado em Direito (Mestrado Científico, perfil de Direito Comercial), de Manuel Barbosa Alves de Moura (documento 6 em anexo).

3.1.8. O Conselho aprovou por unanimidade o júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais (Mestrado Profissionalizante), de Joana Natalina Gomes Teixeira (documento 7 em anexo).

3.1.9. Na sequência de intervenções dos Professores Dário Moura Vicente e Maria do Rosário Palma Ramalho, a aprovação dos júris de Mestrado Científico nos perfis de Ciências Jurídico-Laborais e de Direito Intelectual ficou adiada para a próxima reunião.

3.1.10. Foi submetido ao Conselho o Protocolo entre a Faculdade e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, tendo em vista a realização de estágio e elaboração do subsequente Relatório como alternativa à dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade (documento 8 em anexo).

3.2. No que concerne ao Doutoramento em Direito.

3.2.1 O Presidente do Conselho recordou a distribuição que havia sido feita



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

aos membros do Conselho, de um convénio celebrado entre a Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Direito e a Universidade Federal da Bahia, através do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, respeitante à elaboração de uma tese de doutoramento em regime de co-tutela, explicando as dúvidas que o mesmo lhe suscitara. Sobre o tema intervieram em seguida os Professores Vasco Pereira da Silva, Maria do Rosário Palma Ramalho, Miriam Brigas e Maria João Estorninho. Na inexistência de dados claros o assunto ficou adiado para sessão futura, a realizar depois de os esclarecimentos serem obtidos,

3.2.2. Foi aprovada a lista de temas e orientadores de Doutoramento relativas às candidaturas à 2.^a fase do Doutoramento, dos doutorandos que concluíram a parte escolar do curso no ano letivo 2015-2016 (documento 9 em anexo).

3.2.3. O Presidente recordou a distribuição que havia sido feita aos membros do Conselho, de um mapa relativo à conclusão do curso de pós-doutoramento de Diogo Leonardo Machado de Melo. Como o parecer do Professor Supervisor não chegara entretanto, o ponto ficava adiado para sessão futura.

4. Ponto 4. (Reformulação de dissertações).

O Presidente recordou que, por solicitação do Professor Carlos Blanco de Moraes havia sido agendada um ponto relativo aos critérios subjacentes às deliberações de reformulação a tomar pelos júris de Mestrado e de Doutoramento. Por razões académicas o Professor Carlos Blanco de Moraes não pôde estar presente no Conselho, pelo que o ponto ficou adiado para sessão futura.

5. Ponto 5. (Cooperação Internacional)

O Professor Dário Moura Vicente informou que estavam a decorrer três Cursos Pós-Graduados em Moçambique, na Beira e em Maputo, no âmbito da atuação desenvolvida pelo Instituto da Cooperação Jurídica. O Presidente do Conselho congratulou-se com as iniciativas, felicitando-o.

O mesmo docente recordou em seguida o falecimento do Dr. João Paulo Velez Salgado, marido da Professora Catarina Salgado, docente da Faculdade atualmente em Moçambique, propondo um voto de pesar, o qual foi aprovado por unanimidade.

6. Ponto 6 (Relações Internacionais)



Handwritten initials in blue ink, possibly 'V' and 'B'.

6.1. O Professor Vasco Pereira da Silva informou que entre 5 e 9 de junho decorreu em Ventotene a Escola de Verão, integrada no grupo Europepolis do qual a Faculdade era membro fundador, subordinada ao tema “Europa e Migrantes”, tendo ele próprio estado presente em representação do Gabinete de Erasmus e Relações Internacionais. Informou ainda que entre 26 e 27 de junho se realizará na Faculdade de Direito a reunião das Faculdades de Direito Europeias (ELFA) e que de 2 a 7 de julho teria também lugar na Faculdade a iniciativa europeia INETCAMPUS, orientada para a integração de estudantes universitários com deficiências, salientando a colaboração dada pela Professora Rute Saraiva. Na sessão de abertura iria estar presente a Secretária de Estado, Dra. Ana Sofia Antunes, sendo em seguida os alunos recebidos pelo Presidente da República no Palácio de Belém. O Presidente do Conselho felicitou o Professor Vasco Pereira da Silva pelas iniciativas.

6.2. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho tomou a palavra para dar conhecimento de que a equipa de estudantes da Faculdade aprovada para a final no Moot Court internacional na área do Direito do Trabalho havia ficado em segundo lugar e que a Faculdade havia sido sondada para a possibilidade de realizar um Moot Court em Direito do Trabalho em 2020. O Professor David Duarte salientou que a classificação obtida pela equipa era um lugar de pódio, pelo que propunha um voto de louvor, o qual foi aprovado por unanimidade. O Presidente disse que os alunos participantes seriam informados do voto e da satisfação com que o Conselho recebera uma notícia tão dignificante para a Faculdade.

7. Ponto 7 (Outros assuntos e informações)

A Professora Maria do Rosário Ramalho informou que em breve sairia o n.º 1 de 2017 da Revista da Faculdade, sublinhando a preservação no mesmo da índole científica e o rigor. Referiu que o sistema de *peer review* fora, entretanto, regularizado, tendo sido apreciados todos os artigos em espera. Agradeceu aos Professores a revisão dos artigos submetidos em prazos muito curtos, sublinhando o empenho da AAFDL na publicação do número e o trabalho do Dr. Miguel Martins. Salientou por fim a dedicação dos membros da Comissão da Revista, Professores David Duarte, Pedro Leitão Pais de Vasconcelos, Isabel Graes e Miguel Ferro, deixando ainda um convite a todos os Professores da Faculdade, para submeterem à revista artigos para publicação.

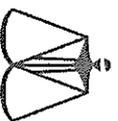


O Presidente do Conselho felicitou a Professora Maria do Rosário Ramalho e a Comissão pelos trabalho realizado e resultados alcançados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 16:35. Ficou marcada a próxima reunião para 5 de Julho de 2017.

O Presidente do Conselho Científico
Professor Doutor José Duarte Nogueira

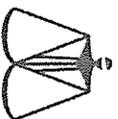
A Secretária do Conselho Científico
Professor Doutora Elsa Dias Oliveira



FCSH – UNIZAMBEZE

Lista de estudantes da 1ª Edição do Mestrado em Direito Judiciário cujas dissertações estão a ser elaboradas

Número de aluno	Apelido	Nome	Tema de Dissertação	Orientador
151012101002	Amade	Alberto Salifu	Sujeição das decisões da comissão nacional de eleições ao escrutínio da justiça Constitucional: regime do contencioso eleitoral Constitucional	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes
151012101003	Benate	Castro	A Recorribilidade das sentenças arbitrais em Moçambique	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
151012101005	Chilaule	Gabriel Goncalvez	A Conciliação nos pleitos de natureza comercial como preliminar à acção judicial em Moçambique	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
151012101008	Chakhala	Luis André	A resolução de conflitos laborais por via de arbitragem no ordenamento jurídico moçambicano	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
151012101009	De Lemos	Anabela Correia Teles	Arbitragem de Investimento "na perspectiva moçambicana"	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
151012101010	Duvane	Estrelino Alfredo	O Ministério Público como representante do Estado junto dos tribunais em Moçambique	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes
151012101012	Júnior	Domingos Carlos Madeira	A problemática do contraditório diferido no ordenamento jurídico moçambicano	Prof. Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto Co-Orientador : Prof. Doutor Aurélio João Mendate
151012101013	Muceia	João Armando	O efeito do casamento civil e a posição desprivilegiada do cônjuge sobrevivente na classe dos sucessíveis na Ordem Jurídica moçambicana	Prof. Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto
151012101014	Mueha	Ernesto Vequina Pedro	A irrecorribilidade das decisões do Conselho Constitucional moçambicano	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes
151012101016	Nhaguilunguana	Augusto Ernesto	Responsabilidade por providência cautelar injustificada	Prof. Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto
151012101017	Pascoal	João José	Impulso Contencioso dos particulares no âmbito da concessão	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

Número de aluno	Apellido	Nome	Tema de Dissertação	Orientador
151012101019	Sabine	Francisco	Acção popular para defesa de interesses individuais no Direito Contencioso Administrativo moçambicano	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes
151012101020	Tamele	Pedro Alexandre Lopes	Fiscalização Preventiva Constitucional em Moçambique: Objecto, Natureza e Efeito	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 21 de junho de 2017

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

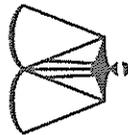
Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
CARLOTA VARELA RODRIGUES GONÇALVES DE JESUS (n.º 27155) - MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2015-2016)	04.05.2017	A exploração de energia na zona económica exclusiva	O terrorismo e a jurisdição penal internacional	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Sim
EMANUEL AGOSTINHO AZEVEDO CARVALHO (n.º 27279) - MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (2015-2016)	08.05.2017	Arbitragem e Mediação Desportiva	Mediação de Conflitos no Desporto	Prof. Doutor João Pedro Oliveira Miranda	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Professor Orientador aprovado	Professor Orientador solicitado	Concordância / recomendação do Orientador
CLARA BENILDE VIEIRA DOS SANTOS (n.º 25461) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS (2014-2015)	13.03.2017	O Estatuto de Refugiados na Ordem Jurídica Internacional e na Ordem Jurídica Regional Europeia	Prof. Doutor Canuto Joaquim Fausto de Quadros	Prof.ª Doutora Maria José Rangel de Mesquita	Sim

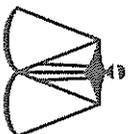


FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carlos Alberto Monteiro Pessoa n.º 12346468 27/04/2017	"A Alteração no Contrato de Seguro"	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor J. L. Bonifácio Ramos Prof.ª Doutora Ana Soares Pinto Prof. Doutor Miguel Alves Brito (arg.)

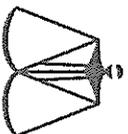
1. Constituição de júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Allan Viana Júnior n.º 12346455 28/04/2017	"A Construção de uma teoria da imputação no Direito Sucessório Brasileiro"	Prof. Doutor Carlos Pamploa Corte-Real	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof. Doutor Carlos Pamploa Corte-Real Prof.ª Doutora Miriam Brigas Prof. Doutor Daniel Morais (arg.)
Carolina Rebordão Nunes n.º 19364 02/05/2017	"Contributo para uma análise do Instituto do abuso do Direito no âmbito da arguição de nulidades decorrentes da preterição da forma legalmente exigida"	Prof.ª Doutora Elisa Dias Oliveira	Prof.ª Doutora Elisa Dias Oliveira Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (arg.) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte



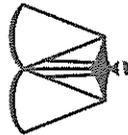
Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes n.º 12346333 27/04/2017	"O Abuso do Direito no Sistema Jurídico Brasileiro"	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva (arg.) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutora Ana Perestrelo
Domingos Marinheiro Solino n.º 12346583 28/04/2017	"A Tutela do consumidor na formação do contrato no Direito angola e no Direito português"	Prof.ª Doutora Elisa Dias Oliveira	Prof.ª Doutora Elisa Dias Oliveira Prof. Doutor Jaime Valle Prof. Doutor Rui Atalde (arg.) Prof. Doutor Alves de Brito
Paula Monteiro Vianna n.º 22629 20/02/2017	"A Solidariedade Passiva com função de garantia: Regime Jurídico Aplicável"	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes Prof.ª Doutora Raquel Rei Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (arg.)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carla Varea Guareschi n.º 12346503 27/04/2017	"O Papel da desobediência civil na construção democrática do Direito. O exemplo do Movimento Ocupa Estelita. Ocupar e Resistir!"	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor José Lamego Prof. Doutor David Duarte Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof. Doutor Francisco Aguilár (arg.)



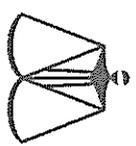
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Manuel Barbosa Alves de Moura n.º 19713 04/05/2017	“Um Estudo sobre o Acionista preferencial. As coordenadas normativas no “Renovado” Regime Legal das Ações preferenciais sem direito de voto”	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira Prof. Doutor A. Barreto M. Cordeiro (arg.) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa

Docuweb 7



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Natalina Gomes Teixeira n.º 253398 16/02/2017	"Os efeitos da insolvência culposa na responsabilidade dos administradores da sociedade insolvente"	Prof. Doutor José Ferreira Gomes	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (arg.) Prof. Doutor José Ferreira Gomes Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa

PROTOCOLO

Entre:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, adiante designada por FDUL, com sede na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 502 736 208, neste ato representada pelo seu Diretor, Professor Doutor Pedro Romano Martinez, doravante designada FACULDADE;

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, adiante designada por CITE, com sede na Rua Américo Durão, n.º 12-A, 1.º e 2.º pisos, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 900 924 464, neste ato representada pela sua Presidente, Joana Rabaça Gíria, licenciada em Direito.

Considerando que, a partir do ano letivo 2016/2017, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa passou a proporcionar aos/às seus/suas estudantes o Mestrado em Direito e Prática Jurídica;

Tendo em consideração o Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, a que se refere o Despacho n.º 6322/2016, de 20 de abril de 2016 (publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-pratica-juridica/>), doravante designado por Regulamento;

Considerando que, no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, o/a mestrando/a pode, em alternativa à elaboração de uma Dissertação, realizar um estágio e proceder à elaboração de um Relatório de Estágio;

Considerando, em particular, o disposto no artigo 38.º do Regulamento, nos termos do qual:

Artigo 38.º

Relatório de estágio

1 — O estudante que reúna as condições definidas neste regulamento para acesso à preparação da dissertação de mestrado pode, em alternativa a esta, candidatar-se à elaboração de um relatório de estágio.

2 — Sem prejuízo do previsto no número seguinte, a inscrição para efeitos de elaboração de um relatório de estágio é condicionada pelo número de vagas existentes para a realização de estágio, conforme informação disponibilizada pelos competentes serviços da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — O estudante pode apresentar um projeto estruturado de estágio, preliminarmente aceite por uma entidade de reconhecido prestígio, ao Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, o qual decide em função do teor da proposta apresentada.

4 — A elaboração de um relatório de estágio é feita em regime de coorientação, sendo um orientador Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e um orientador indicado pela entidade onde o estágio é realizado.

5 — Nos 30 dias úteis seguintes à aprovação no curso de especialização, o estudante apresenta a proposta de estágio com indicação do professor orientador, a qual é submetida a aprovação pelo Conselho Científico.

6 — Na seleção do acesso ao estágio são considerados, designadamente, os seguintes elementos:

a) Classificação do curso de especialização;

b) Apreciação do currículo académico, científico ou profissional, tendo em especial atenção as áreas científicas diretas ou conexas com as matérias do estágio.

7 — Caso o estudante não tenha sido admitido a estágio, é-lhe concedido um prazo suplementar de 15 dias para indicar o tema da dissertação de mestrado e o Professor orientador.

8 — O relatório de estágio faz um tratamento científico da atividade desenvolvida durante o estágio, nos termos aplicáveis à dissertação de mestrado.

9 — As disposições relativas à dissertação de mestrado e provas aplicam-se, com as necessárias adaptações, ao relatório de estágio. O júri para apreciação do relatório de estágio integra os dois orientadores mas só o orientador designado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa tem direito de voto.

10 — Em documento autónomo relativamente ao relatório de estágio, o estudante apresenta uma declaração assinada por responsável da entidade onde realizou o estágio e pelo orientador indicado por esta, atestando a realização do estágio e do correspondente relatório. O Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados pode definir um modelo de declaração.

Tendo, ainda, presente a colaboração existente entre a Faculdade e a CITE e, bem assim, a essencialidade da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em ambiente de sala de aula;

Tendo, por último, em consideração que os estágios no âmbito do Mestrado em Direito e Prática Jurídica se encontram direcionados para a prática profissional, sendo por isso essencial que a sua realização decorra num ambiente de trabalho, sob a supervisão adequada de um/a Orientador/a indicado/a pela Entidade que acolhe o estudante;

É pelas partes signatárias, em plena consciência e de boa-fé, celebrado o presente Protocolo, que se rege nos termos dos considerandos supra e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1. A CITE e a Faculdade comprometem-se, pelo presente protocolo, a colaborar mutuamente com vista à disponibilização de estágios por parte da CITE a estudantes da Faculdade que se encontram na segunda fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, com vista à obtenção do grau de Mestre na Faculdade.
2. Os estágios referidos no número anterior visam a integração dos/das estudantes na CITE, através da sua participação nas diversas atividades por esta desenvolvidas, nomeadamente na Área Jurídica tendo em vista a elaboração do Relatório de Estágio previsto no artigo 38.º do Regulamento.
3. A elaboração do Relatório de Estágio é efetuada em regime de coorientação, entre o/a Orientador/a designado/a pela CITE e o/a Professor/a Orientador/a designado/a pela Faculdade, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA

Objetivos do estágio

O estágio terá como objetivo permitir ao/à estudante a elaboração de um Relatório de Estágio, através das seguintes linhas de atuação:

- a) Proporcionar ao/à estudante o contacto com métodos e técnicas de trabalho;
- b) Aplicar a atividades concretas os conhecimentos adquiridos ao longo da formação universitária;

- c) Desenvolver o espírito criativo, dinâmico e empreendedor de novas realizações;
- d) Consolidar hábitos de trabalho e o sentido de responsabilidade;
- e) Proporcionar o contacto com vivências inerentes às relações humanas no mundo do trabalho, bem como apreender a sua importância para a formação profissional e pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA

Duração

1. Os estágios terão a duração inicial de 4 (quatro) meses, podendo ser renovados por duas vezes, por período de igual duração.
2. O estágio é realizado na sede da CITE, entre as 10h e as 13h e as 14h e as 17h, de segunda-feira a sexta-feira.

CLÁUSULA QUARTA

Deveres da Faculdade

1. Para efeitos da seleção dos/das estudantes, a Faculdade comunica à CITE as especialidades e as unidades curriculares do Mestrado em Direito e Prática Jurídica em funcionamento em cada ano letivo.
2. Compete ainda à Faculdade proceder à divulgação dos estágios oferecidos pela CITE, bem como à recolha e envio das candidaturas, para apreciação por parte da CITE.
3. A Faculdade acompanha a seleção dos/das candidatos/as e a execução do acordo de estágio através do Gabinete de Saídas Profissionais.

CLÁUSULA QUINTA

Acordo de Estágio

Uma vez efetuada a seleção do/a candidato/a, é celebrado um Acordo de Estágio pela Faculdade, pela CITE e pelo/a estudante selecionado/a, dele fazendo parte integrante o Plano de Estágio referido na alínea a) da cláusula sétima.

CLÁUSULA SEXTA

Deveres da CITE

1. Constituem deveres da CITE:

- a) Indicar à Faculdade, durante os meses de julho e dezembro de cada ano, o número de estágios que serão concedidos pela CITE, bem como as respetivas áreas de atuação;
- b) Indicar o Departamento no qual será realizado o Estágio.
- c) Indicar um/a Orientador/a de Estágio, conforme previsto no artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento;
- d) Propiciar a integração do/a estudante no ambiente de trabalho, a realização do estágio nos termos do Plano de Estágio e acompanhar internamente a sua execução;
- e) Não exigir ao/à estudante quaisquer outras tarefas ou funções que não aquelas que resultam da execução do Plano de Estágio;
- f) Emitir a declaração prevista no artigo 38.º, n.º 10, do Regulamento;
- g) Colaborar estreitamente com a Faculdade na correta consecução dos objetivos do presente Protocolo e fornecer à mesma todas as informações relativas ao estágio por ela solicitadas.

2. Em caso de incumprimento das obrigações da Entidade para com o/a estudante ou para com a Faculdade, esta reserva-se o direito de pôr termo, de imediato, ao presente Protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA

Deveres do/a Orientador/a de Estágio

Constituem deveres do/a Orientador/a de Estágio indicado/a pela Entidade:

- a) Elaborar um Plano de Estágio, a apresentar ao/à Professor/a Orientador/a da Faculdade;
- b) Acompanhar, dirigir e supervisionar as atividades do/a estudante;
- c) Emitir a declaração prevista no artigo 38.º, n.º 10, do Regulamento;
- d) Integrar o júri das provas de mestrado, sem direito de voto, nos termos do artigo 38.º, n.º 9, do Regulamento.

CLÁUSULA OITAVA

Natureza não remunerada do estágio

O estágio realizado no âmbito do presente protocolo tem natureza não remunerada, não respondendo a Entidade pelo pagamento ao/à estudante de qualquer quantia, seja a título de bolsa de estágio, subsídio de almoço ou de deslocação.

CLÁUSULA NONA

Seguro escolar

A responsabilidade por eventuais acidentes pessoais ocorridos durante o estágio, encontra-se abrangida pelo seguro escolar (Apólice nº 96.005371, válida até 31 de agosto de 2017).

CLÁUSULA DÉCIMA

Objetivos do Protocolo

1. O presente protocolo tem unicamente os seguintes objetivos, em conformidade com o previsto nos Considerandos e na Cláusula Primeira:

- a) Possibilitar ao/à estudante do Mestrado em Direito e Prática Jurídica da Faculdade a realização da segunda fase deste ciclo de estudos mediante a frequência de um estágio e a elaboração de um Relatório de Estágio, com vista à obtenção do grau de Mestre;
- b) Permitir ao/à estudante a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em ambiente de sala de aula;
- c) A participação do/a estudante nas diversas atividades desenvolvidas pela Entidade e relacionadas com o Plano de Estágio;
- d) A realização de um estágio num ambiente de trabalho apropriado e sob a supervisão adequada de um/a Orientador/a indicado/a pela CITE;
- e) Fornecer ao/à estudante as condições necessárias à elaboração do Relatório de Estágio.

2. As partes contraentes declaram expressamente que com o presente Protocolo não pretendem gerar nem titular quaisquer relações de trabalho subordinado ou autónomo entre si, nem sequer quaisquer expectativas de uma eventual contratação do/a estudante por parte da Entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Contactos

Quaisquer comunicações efetuadas ao abrigo do presente Protocolo devem ser dirigidas para:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

Cidade Universitária

1649-014 Lisboa

saidasprofissionais@fd.ulisboa.pt

secretariadodir@fd.ulisboa.pt

217 984 600

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Rua Américo Durão, n.º 12-A, 1.º e 2.º pisos

1900-064 Lisboa

secretariado@cite.pt

215 954 009

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Vigência

Este Protocolo vigora por dois anos, sendo automaticamente renovável por igual período se nenhuma das partes o denunciar por escrito com a antecedência mínima de três meses.

O presente Protocolo é feito duplicado, sendo um exemplar entregue a cada uma das partes outorgantes.

Lisboa, [xxxxxxxxx]

O Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Presidente da CITE

(Joana Rabaça Gíria)

Candidaturas à 2.ª fase do doutoramento – preparação da tese
Doutorandos que concluíram a parte escolar do curso no ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico - 21 de junho de 2017)

Número	Nome do candidato(a)	Título proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento - Especialidade	Doutoramento - Parte Curricular	Nota	Nota final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação	Ano de conclusão	Título da dissertação
26864	Eulalia Lorenzoni Gastal	Estatuto da Mulher na Roma Antiga e a Caracterização das Vítimas de Violência Doméstica na Atualidade	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	16	16	Máster Universitario en Cooperación Internacional para el Desarrollo	Universidad de Salamanca (Espanha)	7,57 (média convertida 15,14 valores)	2015	Acción Humanitaria. La Intervención Brasileña en Haití
					História do Direito - I/II	15						
					História das Relações Internacionais - I/II	16						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
21721	Martinho da Cruz Nombo	A Recepção do Direito Internacional Público pelo Constitucionalismo Angolano: Uma Perspectiva Histórico-Jurídica	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	17	17	Mestrado em Direito - Perfil: Direito Constitucional	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	15 valores	2014	A Competência legislativa extraordinária do Presidente da República de Angola no âmbito da Constituição de 2010
					História do Direito - I/II	17						
					História das Relações Internacionais - I/II	17						
					Filosofia do Direito - I/II	17						
27524	Raimundo Nonato Chaves Neto	<i>Judicium Galbae et Judicium Lulae</i> : Os julgamentos políticos e a (in)segurança jurídica. Paralelismos entre retórica e corrupção	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	18	17	Mestrado em Direito - na área de especialização em Ciências Jurídico-Históricas	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	15 valores	2011	O «Ususfructus» no Direito Romano
					História do Direito - I/II	16						
					História das Relações Internacionais - I/II	16						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
10967	Ricardo Bruno Sequeira Miranda Rodrigues	O tribunal da Real Mesa Censória: secularização da censura em Portugal?	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	17	16	Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	16 valores	2014	A Personalidade Jurídica da Santa Sé junto da Comunidade Internacional: evolução histórico-jurídica
					História do Direito - I/II	16						
					História das Relações Internacionais - I/II	16						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
26883	Tatiane Kessler Burmann	Repensar o Direito na Pós-Modernidade	Antonio Pedro Pereira Nina Barbas Homem	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	17	16	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direitos Humanos	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil)	"A - Excelente"	2014	Cidade sustentável: uma nova e necessária condição urbana
					História do Direito - I/II	16						
					História das Ideias Políticas - I/II	14						
					Filosofia do Direito - I/II	18						
7992	Teresa Margarida Rodrigues Baltazar Neves Sequeira Rodrigues	O «Recurso à Coroa» – Análise do instituto jurídico, vigência e aplicabilidade	Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade de Freitas	CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	Direito Romano - I/II	16	16	Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	16 valores	2014	A utilização dos bens culturais da Igreja sob o domínio público nacional e internacional: uma análise histórico-jurídica
					História do Direito - I/II	15						
					História das Relações Internacionais - I/II	16						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
26860	Cândida Carvalho Gonçalves	Filosofia do Sistema Sucessório Português: as posições relativas do herdeiro e do legatário	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côte-Real	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	Direito Civil A - I/II	14	15	Mestrado em Direito, na especialidade em Ciências Jurídico-Processuais	Universidade Autónoma de Lisboa	16 valores	2016	Direito ao Conhecimento das Origens por Parte do Adotado
					Direito Processual Civil - I/II	16						
					Direito Civil B - I/II	13						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
27387	Carlos Magno Moulin Lima	Novos Direitos no Mundo Virtual	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	Direito Civil A - I/II	14	16	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito das Relações Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)	9,00 (média convertida 18,00 valores)	2006	A Vítima no Processo Penal - Aspectos Vitimológicos
					Direito Processual Civil - I/II	16						
					Direito Civil B - I/II	16						
					Filosofia do Direito - I/II	17						
14152	Filipe Jorge Antunes da Silva Rodrigues Cabral	Dos limites do direito subjectivo	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	Direito Civil A - I/II	17	16	Mestrado em Ciência do Direito, na área de especialização em Ciências Jurídicas	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	14 valores	2013	A Existencialidade Jurídica
					Direito Processual Civil - I/II	16						
					Direito Civil B - I/II	16						
					Filosofia do Direito - I/II	16						

Candidaturas à 2.ª fase do doutoramento – preparação da tese
Doutorandos que concluíram a parte escolar do curso no ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico - 21 de junho de 2017)

Número	Nome do candidato(a)	Título proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento - Especialidade	Doutoramento - Parte Curricular	Nota	Nota final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação	Ano de conclusão	Título da dissertação
27472	João Marcelo Torres Chinelato	Interpretação dos acórdãos uniformizadores de jurisprudência	Ana Paula Mota Costa Silva	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	Direito Civil A - I/II	15	16	Mestrado em Direito	Universidade Católica de Brasília (Brasil)	9,70 (média convertida 19,40 valores)	2014	Interpretação e aplicação do direito pelos tribunais administrativos: conjecturas formuladas a partir da experiência do CARF
					Direito Processual Civil - I/II	16						
					Direito Civil B - I/II	17						
					Introdução ao Direito Público - I/II	16						
22612	Suelen Augusta da Cunha	O exercício da parentalidade nas múltiplas situações de convivência ou desenlace de relações conjugais ou paraconjugais	Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côrte-Real	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	Direito Civil A - I	13	15	Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	15 valores	2015	A arbitragem internacional - sua importância na solução pacífica de conflitos internacionais e para o estudo da história das relações internacionais
					Direito Civil A - II	14						
					Direito Processual Civil - I/II	16						
					Direito Civil B - I/II	13						
					Filosofia do Direito - I/II	16						
27474	Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques	Tempo de trabalho: problemas e desafios atuais	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	Direito Comercial A - I/II	17	17	Mestrado em Direito - Direito do Trabalho	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	15 valores	2009	Os motivos Justificativos do Contrato de Trabalho a Termo: a exceção na iminência de se tornar a regra
					Direito do Trabalho - I/II	17						
					Direito Comercial B - I/II	15						
					Metodologia Jurídica - I/II	18						
27317	Marcus Vinicius Alcântara Kalil	Efeitos novatórios do plano de recuperação da empresa	Pedro Leitão Pais de Vasconcelos	CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	Direito Comercial A - I/II	17	17	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito Público e Evolução Social	Universidade Estácio de Sá (Brasil)	9,85 (média convertida 19,70 valores)	2012	Parcerias público-privadas: reflexos das novas relações entre a Administração Pública e a sociedade no Estado contemporâneo
					Direito do Trabalho - I/II	17						
					Direito Comercial B - I/II	16						
					Introdução ao Direito Privado - I/II	18						
27153	Emanuel Alcides Romão Pinto	O Objecto do Processo e os Poderes de Cognição do Juiz no Processo Penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	Direito Penal A - I/II	15	16	Mestrado em Direito, na especialidade em Ciências Jurídico-Criminais	Universidade Autónoma de Lisboa	15 valores	2015	Posição do Ministério Público no Processo Penal Angolano: Uma Análise Comparativa com o Processo Penal Português
					Direito Processual Penal - I/II	16						
					Direito Penal B - I/II	14						
					Metodologia Jurídica - I/II	17						
27369	Tatiana Sampaio de Souza	A relevância do multiculturalismo e dos conflitos de cultura para a análise da culpabilidade penal	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	Direito Penal A - I/II	17	16	Mestrado em Sociologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)	98,9 (média convertida 19,78 valores)	2012	Juventude e sociedade: reconhecimento e vínculos na vida de jovens participantes do Projeto/Pronasci em Novo Hamburgo/RS
					Direito Processual Penal - I/II	17						
					Direitos Fundamentais - I/II	13						
					Filosofia do Direito - I/II	17						
27281	Ana Teresa Escher Rieger	Espaços de Fundamentação Normativa, Teoria da Decisão e da Argumentação Judicial	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	Direito Constitucional - I/II	18	18	Mestrado em Direito Orientado para o Exercício Profissional	Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa	16 valores	2013	EU citizenship: (right to) freedom without (right to) political action?
					Direito Administrativo - I/II	17						
					Direito da União Europeia - I/II	18						
					Filosofia do Direito - I/II	18						
27332	Paulo César Melo da Cunha	O planeamento estatal como instrumento de regulação das contratações públicas	Maria João Rosário Estorninho Pereira Silva	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	Direito Constitucional - I/II	16	16	Mestrado em Direito Empresarial	Universidade Candido Mendes (Brasil)	9,50 (média convertida 19,00 valores)	2003	A Regulação Jurídica da Saúde Suplementar no Brasil
					Direito Administrativo - I/II	16						
					Direitos Fundamentais - I/II	16						
					Introdução ao Direito Público - I/II	16						
27333	Sarah Campos	Os limites constitucionais à privatização da função pública	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	Direito Constitucional - I/II	16	17	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito e Justiça	Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)	"aprovada"	2015	Do unilateralismo ao contratualismo: negociação coletiva na função pública
					Direito Administrativo - I/II	16						
					Direitos Fundamentais - I/II	17						
					Introdução ao Direito Público - I/II	17						

Candidaturas à 2.ª fase do doutoramento – preparação da tese
Doutorandos que concluíram a parte escolar do curso no ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico - 21 de junho de 2017)

Número	Nome do candidato(a)	Título proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento - Especialidade	Doutoramento - Parte Curricular	Nota final	Habilitação anterior				Título da dissertação
							Curso	Instituição	Classificação	Ano de conclusão	
3180044	André Bretones	Os Acordos Comerciais como Instrumento de Pacificação das Relações Internacionais	Pedro Miguel Infante Mota	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	17	Mestrado em Direito - Área de Especialização em Ciências Jurídico-Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	14 valores	2014	Os fluxos migratórios actuais: a resposta possível do DIP
					Direito Internacional Económico - I/II	15					
					Direito Internacional Público - I/II	16					
					Filosofia do Direito - I/II	16					
27429	Friedmann Anderson Wendpap	<i>Incruenta Bellum</i>	Pedro Miguel Infante Mota	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	18	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito do Estado	Universidade Federal do Paraná (Brasil)	10,00 (média convertida 20,00 valores), Conceito A	2003	A Juridicidade do Direito Internacional
					Direito Internacional Económico - I/II	17					
					Direito Internacional Público - I/II	18					
					Filosofia do Direito - I/II	17					
27086	Lara Pires Gonzalez	A OMC e a regulação financeira	Pedro Miguel Infante Mota	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	18	Mestrado em Direito - Área de Especialização em Ciências Jurídico-Económicas	Faculdade de Direito da Universidade do Porto	16 valores	2011	Troca de informações - um estudo comparado entre os sistemas português, espanhol e britânico
					Direito Internacional Económico - I/II	15					
					Direito Económico e Financeiro da União Europeia - I/II	17					
					Introdução ao Direito Público - I/II	16					
27512	Lucila Gabriella Maciel Carneiro Vilhena	O problema da fundamentação da validade dos limites da liberdade de expressão do pensamento face aos discursos de ódio	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	18	Mestrado em Direito - na área de especialização em Direito Civil	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	15 valores	2009	A Responsabilidade Civil do Produtor pelos Riscos do Desenvolvimento
					Direito Internacional Económico - I/II	16					
					Direito Internacional Público - I/II	17					
					Filosofia do Direito - I/II	17					
27455	Marília Daniella Freitas Oliveira Leal	A proteção internacional dos direitos dos refugiados	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	17	Mestrado em Relações Internacionais	Universidade Estadual da Paraíba (Brasil)	9,10 (média convertida 18,20 valores)	2015	Cooperação para a proteção dos direitos sociais dos haitianos no Brasil (2010-2014)
					Direito Internacional Económico - I/II	16					
					Direito Internacional Público - I/II	15					
					Metodologia Jurídica - I/II	16					
27430	Rosane Gil Kolotelo Wendpap	O Acordo de Contratação Pública da OMC e o Tratamento Jurídico da Contratação Pública no Brasil	Pedro Miguel Infante Mota	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	18	Mestrado em Integração Latino-Americana - Área de Concentração: Direito	Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)	"Aprovado"	2003	O acesso à prestação jurisdicional no contexto da integração entre a Argentina e o Brasil
					Direito Internacional Económico - I/II	17					
					Direito Internacional Público - I/II	17					
					Metodologia Jurídica - I/II	16					
27216	Ruth Olivier Moreira Manus	A (re)internacionalização do Direito do Trabalho através do comércio externo	Pedro Miguel Infante Mota	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	16	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Efetividade do Direito	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)	10,00 (média convertida 20,00 valores)	2014	A proteção internacional do trabalho doméstico e a adequação da proteção brasileira às diretrizes da organização internacional do trabalho
					Direito Internacional Económico - I/II	17					
					Direito Internacional Público - I/II	16					
					Filosofia do Direito - I/II	16					
27154	Salvador Franco de Lima Laurino	O Modelo Social Europeu como instrumento de coesão social e de legitimação do projeto europeu: entre os desafios da globalização e as escolhas políticas da União Europeia	Eduardo Manuel Hintze Paz Ferreira	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	Direito da União Europeia - I/II	18	Mestrado em Direito - Área: Direito Processual	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Brasil)	"DISTINÇÃO"	1996	Tutela jurisdicional nas obrigações de fazer e não fazer
					Direito Internacional Económico - I/II	18					
					Direito Económico e Financeiro da União Europeia - I/II	17					
					Metodologia Jurídica - I/II	17					
27329	Jozélia Nogueira	Divida Pública no Brasil	Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral	CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	Direito da Economia - I/II	17	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito do Estado	Universidade Federal do Paraná (Brasil)	9,93 (média convertida 19,86 valores), Conceito A	2003	Lançamento tributário, lançamento por homologação e autolancamento
					Direito Financeiro - I/II	16					
					Direito Fiscal - I/II	12					
					Introdução ao Direito Público - I/II	15					

Candidaturas à 2.ª fase do doutoramento – preparação da tese
Doutorandos que concluíram a parte escolar do curso no ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico - 21 de junho de 2017)

Número	Nome do candidato(a)	Título proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento - Especialidade	Doutoramento - Parte Curricular	Nota	Nota final	Habilitação anterior			Título da dissertação	
								Curso	Instituição	Classificação		Ano de conclusão
27288	Leonardo D Almeida Girão	A Extrafiscalidade e o seu Alcance Regulatório no Direito Luso-Brasileiro: Natureza, Institutos e Contextualização Económica	Maria Paula Reis Vaz Freire	CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	Direito da Economia - I/II	16	16	Mestrado em Economia e Gestão Empresarial	Universidade Candido Mendes (Brasil)	08,40 (média convertida 16,80 valores), Conceito B	2015	A multa antitruste no sistema brasileiro de defesa da concorrência: sanção administrativa-regulatória contra as infrações à ordem económica
					Direito Financeiro - I/II	16						
					Economia - I/II	15						
					Introdução ao Direito Privado - I/II	16						
27018	Manuel Carlos do Nascimento	Política Fiscal em Angola: Análise dogmática	Guilherme Waldemar Goulão Dos Reis de Oliveira Martins	CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	Direito da Economia - I/II	15	15	Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Fiscal	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	15 valores	2012	Garantia da Tutela Jurisdicional Efectiva dos Sujeitos Passivos das relações Jurídicas Fiscais. Uma análise do direito angolano a partir do direito português
					Direito Financeiro - I/II	15						
					Direito Fiscal - I/II	13						
					Metodologia Jurídica - I/II	16						
22777	Vitor Miguel Pereira Lourenço	A indemnização do Estado por violação do Direito da Concorrência	Miguel de Sousa Ferro	CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	Direito da Economia - I/II	17	15	Mestrado em Direito e Economia	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	16 valores	2014	A centralização de compras e a integração vertical dos GGR. Possível efeito de <i>pass-through</i> junto dos consumidores
					Direito Financeiro - I/II	17						
					Direito Fiscal - I/II	12						
					Introdução ao Direito Público - I/II	14						

Versão do documento: 16.06.2017